

Sob o fascismo o ensino em geral e a Universidade em particular serviam os interesses dos monopólios dominantes e do imperialismo. A finalidade deste ensino era a formação de uma elite intelectual e de quadros técnicos destinados assegurar o desenvolvimento do capitalismo monopolista de estado e a exploração do-sentida do povo trabalhador, bem como a veiculação da ideologia fascista.

Hoje, apesar da grande burguesia monopolista e latifundista deter ainda o poder económico, o poder político assenta numa larga coligação de forças democráticas, entre as quais está representada a classe operária e as massas trabalhadoras, através do seu partido, o P.C.P.

Na orientação dos destinos do ensino e da cultura em Portugal é assim possível tomar medidas que iniciem, emere com mudanças, a criação de uma educação nova.

A completa democratização do ensino, uma verdadeira revolução cultural, só serão plenamente concretizáveis com a extinção das classes sociais antagónicas e a construção do socialismo.

Entretanto, na actual situação política democrática, existem condições para que se dêem passos decisivos e irreversíveis nesse sentido.

A R.G.D.E. corresponde no campo do ensino à etapa actual da luta de classes em Portugal, é parte integrante da Revolução Democrática e Nacional.

Sendo um grande objectivo democrático da revolução portuguesa, a R.G.D.E. é concretizável no imediato e a sua realização depende da mobilização criadora das massas populares e do contributo decisivo que lhe for prestado pelos estudantes, bem como dos êxitos alcançados no combate ao poder dos monopólios e do imperialismo no nosso país.

A R.G.D.E. contribuirá para pôr fim à ignorância peculiar das massas populares, elevando o seu nível cultural, possibilitando a formação de milhares de quadros intelectuais e técnicos oriundos das classes trabalhadoras, permitindo assim a sua intervenção directiva em todos os sectores da vida nacional, abrindo caminho para a realização de etapas ulteriores da revolução.

Simultaneamente, a R.G.D.E. responde às aspirações mais profundas dos estudantes, criando melhores condições escolares e dando um novo sentido material e espiritual ao seu trabalho.

A característica essencial da R.G.D.E. é que ela se subordina aos interesses gerais do povo português na construção da democracia, ligando o ensino à vida e ao trabalho, os estudantes e professores ao processo revolucionário democrático.

Neste sentido, a U.E.C. defende a participação dos estudantes, professores, pais, sindicatos, autarquias locais, e de todas as novas formas de organização popular na definição da política de ensino no nosso país.

Tendo presente as condições concretas da construção da democracia em Portugal, a U.E.C. defende, como alternativa a pseudo-reformas inconsequentes e à paralização das escolas, uma Reforma Geral e Democrática do Ensino, tendo como princípios fundamentais:

1-Extensão do ensino às classes trabalhadoras, com a correspondente alteração da estrutura escolar e a abolição progressiva de todos os processos de selecção que façam depender o acesso e a frequência escolar a qualquer grau de ensino, das condições económicas do estudante; legitimação da frequência no ensino pós básico pelo justo critério de estudo e do trabalho.

2-A via única do ensino, em todos os graus, com a generalização da coeducação e da educação igual para todos independentemente da sua classe social de origem; combinação da educação pelo trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual.

3-Orientação do ensino para responder às necessidades do nosso povo e à realidade concreta do país.

4-Desenvolvimento da investigação científica e técnica ao serviço de uma política virada para o futuro, de progresso social e independência nacional.

5-Introdução de conteúdos e métodos inovadores no ensino, combatendo as ideologias reaccionárias e conservadoras, fomentando nas escolas o espírito de trabalho colectivo e preparando-os para as grandes tarefas da construção da democracia em Portugal.

6-Democratização completa das estruturas escolares da gestão democrática, em que participem professores e trabalhadores.

7-Resolução dos problemas sociais próprios dos estudantes, em particular dos estudantes trabalhadores, nomeadamente através de organizações do Estado e guardadas com a participação das A.A.E.E..

8-Incremento da cooperação entre estudantes, professores e o povo trabalhador, com o objectivo de contribuir para a democratização do ensino, o progresso do país e o ulterior desenvolvimento do processo revolucionário, abolindo uma situação de isolamento em relação aos grandes problemas nacionais, a que o fascismo sempre obrigou os estudantes e os intelectuais portugueses; paralela transformação das escolas em centros de investigação e irradiação da cultura popular.

Logo após o 25 de Abril, a R.G.D.E. tem sido um guia para a acção das massas estudantis na sua luta pela democratização do ensino. Conquistas importantes foram alcançadas, nomeadamente a gestão das escolas, saneamento, reestruturação de alguns cursos, campanhas de alfabetização e educação sanitária.

Para consolidar e alargar estas medidas, prosseguindo na concretização da R.G.D.E., a U.E.C. propõe a aplicação das seguintes medidas:

1-Aumento radical das verbas para a educação e nova política de prioridades orçamentais, favorecendo os graus de ensino que abrangem maior população es-

estudantil.

2- Campanhas sistemáticas para abolição do analfabetismo.

3- Criação do ensino pré primário gratuito.

4- Aumento progressivo da escolaridade obrigatória e gratuita, assegurando no imediato 6 anos de escolaridade a todos os jovens.

5- Abolição da separação por sexos em todos os graus do ensino.

6- Reestruturação das escolas dependentes do Ministério do Trabalho com o objectivo de facultar o ensino industrial, comercial e agrícola gratuito, para os jovens que terminam a escolaridade obrigatória e não prosseguem outros estudos.

7- Fusão do ensino liceal e do ensino técnico, com constituição de uma escola oficial única no grau secundário, que prepare simultaneamente para o exercício de uma profissão e para o acesso ao ensino superior.

8- Reformulação do ensino médio, com a sua integração na estrutura modificada do ensino; criação de novos cursos de curta duração, novas escolas e Universidades, ligadas às necessidades concretas mais prementes do desenvolvimento económico e social.

9- Condições especiais de acesso ao ensino para a juventude trabalhadora, com a criação de cursos nocturnos e cursos por correspondência, e a diminuição de duas horas diárias no horário de trabalho dos estudantes trabalhadores - sem redução do salário.

10- Criação de cursos especiais para a formação e reciclagem de adultos nas escolas já existentes ou em novas a criar.

11- Criação de cursos pós-graduação nomeadamente para a formação de investigadores.

12- Regionalização e alargamento da rede de escolas em todos os graus do ensino.

13- Contrôlo pelo Estado do ensino privado, submetendo-o à orientação geral definida para a educação de todo o país.

14- Completa laicização do ensino.

15- Abolição de métodos de ensino repressivos e abandono da concepção de ensino livresco; estímulo de novos métodos pedagógicos que fomentem no estudante a criatividade, o espírito crítico e a abertura para a abordagem e resolução de problemas concretos da vida; consequente modificação dos métodos de avaliação de conhecimentos.

16- Conjugação da preparação especializada - científica, técnica, literária - com uma educação geral nos ramos mais importantes do conhecimento; generalização dos estudos interdisciplinares.

17- Participação dos estudantes de todos os graus do ensino, na realização de tarefas importantes para o desenvolvimento das condições de vida do povo português, adquirindo assim uma educação completa e uma noção nova da vida; estreita ligação das escolas ao serviço cívico estudantil.

18- Seleção dos docentes com base na sua competência pedagógica e científica e devoção à nova situação política; saneamento dos fascistas e reacionários.

19- Formação e reciclagem permanente dos docentes, com a correspondente criação de escolas próprias.

20- Melhoria das condições pedagógicas; construção e aproveitamento racional de instalações e adequadas ao novo ensino; criação de laboratórios e departamentos

de investigação e reequipamento dos existentes.

21-Assistência social em todos os graus de ensino, com melhoria dos sistemas, transportes, alojamentos, serviços médico-farmacêuticos, bem como apoio à aquisição de livros e material escolar, beneficiando em particular os estudantes vindos das classes trabalhadoras; participação das A.A.E.E. na gestão destes serviços.

22-Concessão de isenção de propinas e de bolsas de estudo em larga escala e reformulação do critério da sua atribuição, que deverá depender essencialmente da condição económica do estudante.

23-Desenvolvimento dos laços de cooperação e solidariedade estudantil tanto nos planos local e nacional como internacional (nomeadamente com os países socialistas e as antigas colónias), através da coordenação de iniciativas e da realização de jornadas de confraternização e convívio; promoção da actividade de formação cultural e desportiva encaradas como complemento indispensável à formação integral do jovem; intervenção decisiva do Estado neste sector.

Expondo aquilo que entende ser a melhor linha para a modificação do ensino, a U.E.C. submete as suas proposições à mais ampla discussão das massas estudantis, às quais cabe uma participação decisiva nessa modificação.

Da mesma forma, ao expor os seus princípios, os objectivos imediatos e urgentes e as linhas gerais da actividade que se propõe desenvolver, a U.E.C. está pronta para o debate fraternal, a troca de pontos de vista, a busca comum de soluções com todos os estudantes dispostos à negociação.